



As Tramas da Política Extrapartidária em Cabo Verde:

Ensaio Sociológico

Organizadores:
José Carlos dos Anjos & Marcelo Quintino Galvão Baptista

Série Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 2

Edições
união


UFRGS
EDITORA

**As Tramas da Política
Extrapartidária em Cabo Verde**
Ensaio Sociológico

Edições
uniç


UFRGS
EDITORA

UNIVERSIDADE
CABO VERDE

uniç

Reitor

António Correia e Silva

Vice-Reitor para a Pós-Graduação,
Investigação e Publicações
Científicas

Marcelo Galvão Baptista

EDIÇÕES UNI-CV

Direcção

Gláucia Nogueira

Conselho Editorial

Angelo Barbosa

António Correia e Silva (pres.)

Adriana Carvalho

Cristina Pires Ferreira

Eurides Costa

João Resende Santos

Judite Nascimento

Leopoldo Amado

Marcelo Galvão Baptista



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Académica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lígia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Edições Uni-CV

Praça Dr. António Lereño, s/n

Caixa Postal 379-C Praia, Santiago

Cabo Verde

Tel. (+238) 260 3700; Fax: (+238) 261 26 60

edicoes@unicv.edu.cv – www.unicv.edu.cv

Editora da UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2500

900035-003 Porto Alegre, RS

Brasil

Fone/fax: (51) 3308-5645

editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br

**As Tramas da Política
Extrapartidária em Cabo Verde:
Ensaio Sociológico**

Organizadores

José Carlos dos Anjos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marcelo Quintino Galvão Baptista
Universidade Federal do Pará

Série

Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 2

FICHA TÉCNICA

Título

As Tramas da Política Extrapartidária em Cabo Verde:
Ensaios Sociológicos

Série

Estudos Sociais Cabo-Verdianos - Vol. 2

Organizadores

José Carlos dos Anjos e Marcelo Quintino Galvão Baptista

Copyright

© Universidade de Cabo Verde, organizadores e autores dos artigos

Revisão

Maria Leonete Mota Sales

Traduções

Alfred Moreno

Coordenação Editorial

Gláucia Nogueira

Layout, Paginação e Capa

SERVICENTER, Projecto em Harmonia Digital
Palmarejo - A, Praia – Santiago, Cabo Verde
Tel. (+238) 262 84 98, Móvel: (+238) 992 52 57
Email: jorgedores@yahoo.com.br

Imagem da capa

Stória Transadu, Abraão Vicente

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Tipografia Santos, Praia, Novembro de 2010

Patrocínio

Governo de Cabo Verde - Gabinete do Primeiro Ministro

Ficha Catalográfica

T771 Astramas da política extrapartidária em Cabo Verde: ensaios sociológicos/Organizadores
José Carlos dos Anjos e Marcelo Quintino Galvão Baptista. – Praia, Santiago, Cabo
Verde: Edições Uni-CV ; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
221 p. ; 17x24cm

(Estudos Sociais Cabo-Verdianos ; v. 2)

Inclui referências.

1. Política. 2. Sociologia. 3. Política – Cabo Verde. 4. Gestão Global (MBA)
– Mestrado - Perfil dos recrutados – Origens sociais – Trajetórias pessoais – Cabo
Verde. 5. Corrupção – Alfândegas – Cabo Verde. 6. ONGs – Associações comunitárias
– Ilha de Santiago, Cabo Verde. 7. Relações sociais – Nativos da ilha de Boa Vista
– Migrantes de Santiago – Cabo Verde. I. Anjos, José Carlos dos. II. Baptista, Marcelo
Quintino Galvão. III. Série.

CDU 32(666.2)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-989-96130-5-8 (Edições Uni-CV)

ISBN 978-85-386-0105-0 (Editora da UFRGS)

Ma de 2010
1184
DAMP 06/2010

Com mais esta obra, intitulada “As tramas da política extrapartidária em Cabo Verde: ensaios sociológicos”, a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) lança o segundo volume da Série Estudos Sociais Cabo-Verdianos, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob os auspícios da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Brasil. É mais um passo importantíssimo, o de publicar os restantes trabalhos decorrentes de dissertações do primeiro curso de mestrado em Ciências Sociais da Uni-CV. A publicação não somente é resultado dos esforços dos alunos do referido curso que se empenharam no desenvolvimento de suas investigações, como também atestado da qualidade desses trabalhos e uma forma de conferir visibilidade a uma fecunda cooperação Sul-Sul.

Os primórdios da Cooperação entre a UFRGS e a Uni-CV remontam a Março de 2005 quando a Comissão Instaladora da Universidade de Cabo Verde fez uma visita à CAPES, em Brasília, para o delineamento dos eixos centrais de cooperação que poderiam impulsionar o processo de criação da primeira universidade pública do país.

Em vista dos acordos de cooperação científica e académica firmados entre o Brasil e Cabo Verde, através da CAPES e do Ministério de Educação de ambos os países, iniciou-se na UFRGS um trabalho de consolidação de uma equipa em torno de algumas áreas de interesse das duas instituições.

Já em 2007 deu-se o início das actividades do curso de mestrado em Ciências Sociais da Uni-CV com a realização de sete missões de trabalho de docentes da UFRGS (Maio-Novembro), com financiamento de projecto aprovado pela

Cooperação Internacional da CAPES. Em 2008, em continuidade às actividades do referido curso, houve a realização de seis missões docentes da UFRGS na Uni-CV (Janeiro-Outubro), com o apoio da CAPES. Alguns dos docentes que participaram dessas missões figuram nesta coletânea como co-autores dos capítulos que ajudaram a finalizar.

Do mestrado em Ciências Sociais, em cooperação com a UFRGS, ocorreram 17 defesas de dissertações cobrindo um leque variado de temas. Desde as tramas identitárias do arquipélago, as questões de género e violência, o controlo da máquina pública em relação às dinâmicas neopatrimoniais, a formação de novas elites, as relações de género e agricultura, a economia da cultura e as condições de produção musical, todo um conjunto de temas emergiu e iluminou a realidade sociopolítica e cultural cabo-verdiana. Com o lançamento em Novembro de 2009, em Porto Alegre (Brasil) e na cidade da Praia (Cabo Verde), do primeiro volume de uma série prevista de três obras que condensam os resultados dessas pesquisas do Programa Cabo-Verdiano de Pós-Graduação em Ciências Sociais, a Uni-CV e a UFRGS iniciaram o processo de prestação de contas, diante das respectivas comunidades, da excelência dessa cooperação.

Este é o segundo volume de uma série que pode vir a se estender além da primeira edição do mestrado em Ciências Sociais. Os cinco artigos aqui reunidos foram escolhidos menos em função de uma confluência temática e mais por um princípio de dispersão de objectos a partir de uma regularidade disciplinar. Se os trabalhos reunidos no primeiro volume desta série tiveram uma intenção etnográfica explícita, o presente volume é incisivamente mais sociológico. Em um curso que se propôs ser interdisciplinar, essa fronteira entre as abordagens não deve ser, contudo, reificada. Grosso modo se poderia dizer que enquanto no primeiro volume o ponto de chegada esperado eram as teorias nativas a respeito dos processos de construção de identidades na ilha

de Santiago, no presente volume foram reunidos os trabalhos com o propósito de delinear os regimes de associações que constituem as redes em que circulam os objectos da política em Cabo Verde. Menos do que nas teorias nativas, a ênfase dos trabalhos aqui reunidos reside nas práticas que constituem o espaço e o tempo da política. Se se tomar o termo associação no sentido amplo que lhe confere Latour¹, para problematizar o conceito de sociedade, dir-se-ia que os trabalhos deste segundo volume quiseram explorar as condições de felicidade, as múltiplas formas e os limites da associação na política infraparlamentar cabo-verdiana actual. Nesse sentido, o primeiro volume da série Estudos Sociais Cabo-Verdianos foi antropológico e este se apresenta como sociológico. Mas a linha divisória é tênue.

Eixos em comum ao conjunto dos textos reunidos e que reúnam, de algum modo, a dispersão de objectos sob a mesma regularidade disciplinar?

Sim; há, no livro, um conjunto de temas situados no substracto da esfera político-partidária e eleitoral. De modo subjacente à política visível dos votos, da corrida parlamentar e da ocupação de postos executivos, ocorre toda uma trama que é menos moeda corrente do jornalismo político, mas que é onde são conformadas as especificidades das esferas públicas da política cabo-verdiana: no topo, os processos migratórios entre esferas de actuação e projecção das elites do arquipélago; no meio, os espaços informais por onde circulam os rumores de corrupção e onde as denúncias vão sendo tecidas e ganhando a forma de representações correntes; ainda, nas cadeias de mediações dessa topografia

¹ Latour retém que com a palavra “– de raiz latina, socius – é possível redefinir a sociologia não como ciência do social, mas sim como rastreamento das associações” (LATOURE, 2008, p. 19). Não está em jogo nos artigos deste livro seguir Latour no modo como dilui a sociologia para perseguir todo o tipo de agregado, desde enlaces químicos até legais, de modo a demonstrar que quaisquer elementos heterogêneos podem ser associados em algum estado dado de coisas. Serve aqui, tão-somente, à força de um novo modo de diferenciação disciplinar em que a sociologia segue práticas associativas em sentido lato, portanto parte de uma ontologia própria que promove o rastreamento de redes de associações de elementos heterogêneos, enquanto a antropologia persegue “ontologias nativas” no como constituem cosmopolíticas inesperadas (STENGERS, 2003). De novo, a contraposição é frágil e se dilui nas práticas investigativas empiricamente mais consistentes.

política, as frágeis tramas de associações comunitárias e de emergência de redes de ONGs, suas contradições e limites; na base, as dinâmicas migratórias populares, seus efeitos de reconstituição dos regionalismos identitários, as políticas públicas tendentes a contrabalançar esses efeitos de desigualdades sociais e económicas grafadas sob o registo do bairrismo. Ao princípio de dispersão disciplinar de objectos pode-se contrapor um princípio temático de unidade: a política extrapartidária, análises sobre o espaço de práticas subjacentes ao incompleto processo de diferenciação do campo da política em Cabo Verde.

No primeiro capítulo, Elizabeth Rocheteau Gomes Coutinho e José Carlos dos Anjos analisaram os cursos de mestrado em Gestão Global (MBA) ministrados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, em Cabo Verde, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento e Gestão Empresarial (INDEG)/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Portugal, procurando obter o perfil dos recrutados para este mestrado, em termos de suas origens sociais e trajectórias pessoais (escolares e profissionais), em cruzamento com as estratégias de ocupação de postos cruciais na estrutura administrativa do Estado cabo-verdiano pós-colonial e de reconversão de capitais de relações sociais aí acumulados em posições no campo empresarial. A dinâmica complexa de diferenciação do espaço e tempo da política, em relação à esfera económica e ao mundo académico, é o pano de fundo de uma análise sobre o processo de emergência de uma elite empresarial que se pretende, agora, distanciada da política partidária.

As entrevistas realizadas com um grupo de mestres e pós-graduados em Gestão Global, das duas edições concluídas na cidade da Praia, revelaram que os actores que compõem este universo têm pequenas vantagens de partida, apesar da relativamente baixa habilitação dos pais e

da frequente proveniência do meio rural. Os dados revelaram que as famílias que conseguem proporcionar trajetórias escolares bem-sucedidas aos filhos, tornando sustentáveis posições de elite, carregam pequenos diferenciais em capital fundiário ou comercial e, sobretudo, um mais volumoso capital social (redes de relações entre famílias que se destacam nas ilhas) que são reconvertidos em investimentos escolares. É muitas vezes a possibilidade de transformação, na geração anterior à actual elite político-administrativa e empresarial, de pequenas diferenças em capital fundiário, recursos da emigração e honra da família (capital social) que permite os investimentos na educação e o estabelecimento da fronteira entre os vencedores ou “eleitos” e o “resto” da nação.

No segundo capítulo, Francisco José do Rosário Rodrigues analisa as controvérsias em torno da percepção da corrupção nas alfândegas em Cabo Verde. Menos do que apontar para a existência de corrupção, o autor volta-se para as percepções informais dos actores envolvidos e contrasta essas representações com o discurso oficial institucional.

Nessas percepções, a corrupção não aparece como um fenómeno endémico em que a instituição se encontra em um estado predatório de extorsão sistemática de dinheiro dos privados a favor de burocratas. A pequena corrupção concentra-se em determinadas categorias profissionais e, sobretudo, em pequenas redes de cumplicidades. A ocorrência da corrupção pode ser explicada não apenas por ganância, vício ou ambição desmedida, mas também pela inexistência de medidas sistemáticas que desmantelem a cultura estabelecida, como controlos institucionais exaustivos e abrangentes. A ausência persistente dessas medidas sistemáticas pode transformar a corrupção num hábito rotineiro, habitual e normal. Às associações de práticas de corrupção que criam redes informais, pode-se contrapor o esgarçado tecido de controlos institucionais. Essa contraposição pode ser to-

mada como um ângulo pelo qual se pode perceber como a corrupção se transforma em um objecto que circula em uma cultura política de incentivo, por um lado, e uma rede informal de denúncias, por outro.

O terceiro capítulo alarga o escopo da análise sobre as ONG e associações comunitárias na ilha de Santiago. Ao se propor analisar o modo como as ONG e outras associações envolvidas na luta contra a pobreza e a exclusão social enfrentam dificuldades de ordem material e financeira, o artigo de Hilarina Nascimento Santos Pires Lima e Enno Dagoberto Liedke Filho demonstra como uma percentagem razoável de organizações vem conseguindo ultrapassar as dificuldades, afirmando-se essas organizações como parceiras credíveis do desenvolvimento. A partir de uma breve análise histórica de como a rede das organizações comunitárias de base vem se alastrando desde a política implementada pelo governo em 1992, de reconversão das Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO)², os autores demonstram como, graças aos contratos-programa cujo objectivo principal é a participação e co-responsabilização dos beneficiários directos, toda uma rede de associações rurais vem se reinventando e persistindo. A mudança metodológica de uma política puramente assistencialista a uma política assistencialista participativa permitiu que as associações realizassem trabalhos acordados no âmbito de contratos-programa que visam a melhoria das condições de vida de moradores, sobretudo de comunidades rurais. A actuação dessas associações no sector do microcrédito, as actividades geradoras de rendimento, a construção de infra-estruturas sociais, entre outras, criam uma dinâmica associativa não isenta

² A FAIMO foi um programa assistencialista de trabalhos públicos, organizado logo no período pós-independência, que empregava em massa os activos agrícolas ameaçados pelas secas. Essa orientação assistencialista foi abandonada no anos 90 em favor de uma orientação político-económica com pretensões mais desenvolvimentistas. Para um enquadramento consistente dessa virada de orientação política, vide Correia e Silva (2001).

de problemas e desafios. Os principais desafios apontados no texto são os efeitos de uma politização excessivamente partidarizada, a escassez de recursos financeiros e o frágil processo de capacitação dos quadros das organizações, sobretudo tendo em vista a promoção do país à categoria de País de Rendimento Médio. As ONG/associações estão diante do desafio de reordenamento da filosofia de base, tendo em vista o facto de que deixarão provavelmente de receber parte substantiva dos recursos na modalidade de fundo perdido e tendo em conta que precisam adquirir o *know-how* para competir com as ONG do Norte.

Por fim, no quarto capítulo, o estudo de Celsa do Céu Lima Neves e Elida Rubini Liedke objectivou analisar as relações sociais entre os nativos da ilha da Boavista e aqueles com ascendência na ilha e os migrantes de Santiago que lá se instalaram, bem como analisar a atitude destes em relação à sociedade local.

O estudo possibilitou caracterizar, compreender e explicar representações e atitudes dos nativos quanto à presença dos migrantes na ilha e no que concerne à sua inserção e interacções sociais. Ficou evidente que é bastante comum o facto de boavistenses associarem os migrantes santiaguenses com a violência, principalmente aqueles que habitam na zona das barracas, tendo em conta a avaliação dos mesmos como ameaçadores à ordem estabelecida. É uma percepção que, obviamente, dificulta a interacção dos nativos com os migrantes, com pouco espaço para relações sociais duradouras, por serem relações frequentemente de disputas, de tensões e de conflitos: por exemplo, conflitos entre adultos e disputas por água nos chafarizes, e confrontos, principalmente entre crianças nativas e dos migrantes nos parques infantis, nas praias e nas escolas. É uma percepção estigmatizante e, por consequência, excludente.

Afora esses espaços de conflitos, entretanto há outros espaços, como igrejas e mercados, em que ocorrem boas

relações entre os migrantes e os boavistenses. Esta constatação da pesquisa é importante porquanto demonstra que as interações entre os dois grupos podem ser positivas ou negativas, e isso depende do espaço de convivência ou dos tipos de situações.

Também o estudo permitiu verificar, compreender e explicar as atitudes dos santiaguenses relativamente à sociedade local, especificamente no que respeita às percepções que têm dos nativos, à discriminação que sofrem como migrantes e às dificuldades de sua inclusão social. As percepções foram divergentes, pois alguns avaliaram os nativos como racistas mas não em relação a eles como migrantes; outros os consideraram muito racistas e hostis; e outros ainda revelaram percebê-los como não racistas, pelo contrário, como pessoas acolhedoras, simpáticas e educadas.

A autora prevê haver, no futuro, agravamento das tensões entre os boavistenses e os santiaguenses, embora vislumbre a possibilidade de emergir uma convivência de boa qualidade entre ambos os grupos, por considerar o contexto democrático da sociedade cabo-verdiana, também caracterizado na ilha da Boavista, como factor que o propicie.

Um aspecto a destacar do trabalho refere-se ao seu contributo para a elaboração de políticas públicas para a ilha, em particular aquelas que tenham em conta acções educacionais a serem implementadas e que se voltem para as necessidades específicas da população local.

Com mais esta iniciativa que é um dos desdobramentos da investigação científica, o Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Uni-CV congratula-se com os/as autores/autoras e lhes dá os parabéns pelas valiosas contribuições que, assim, prestam à Academia e à sociedade.

José Carlos dos Anjos
Marcelo Quintino Galvão Baptista

Referências Bibliográficas

CORREIA E SILVA, António. “O nascimento do leviatã crioulo. Esboços de uma sociologia política”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 1, Jul-Dez, 2001.

LATOUR, Bruno (2008). *Reensamblar lo social: Una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

STENGERS, Isabelle (2003). *Cosmopolitiques II*. Paris: Editions La Découverte.